

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

Nº 09

RELATÓRIO DE PESQUISA

Distribuição da Renda Pessoal nas Áreas Censitárias do Estado do Ceará na Década de 2000

Abril de 2011

Apoio:



inct
institutos nacionais
de ciência e tecnologia



SINTAF
SINDICATO DOS FAZENDARIOS DO CEARÁ



CORECON CE
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

Coordenador de Pesquisa LEP/CAEN/UFC

Carlos Alberto Manso

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/~lep/>

Autores

Carlos Alberto Manso (carlos_manso@caen.ufc.br)

Doutor em Economia CAEN/UFC

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

João Mario de França (joao.franca@ufc.br)

Pesquisador LEP/CAEN/UFC

Doutor em Ciência Política UTL/Lisboa/Portugal CORRIGIR!!!

Pós-Doutorando CAEN/UFC

Colaboradores

Décio Chaves

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Janaina Feijó

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

Jordano Rocha

Bolsista do LEP/CAEN/UFC

Graduando em Economia FEAAC/UFC

1. INTRODUÇÃO

Existe no Brasil uma distribuição desigual de indivíduos em condição de pobreza. A região Nordeste, por exemplo, embora possua apenas 28% da população do país, abriga mais da metade dos indivíduos nesta condição. O Estado do Ceará, por sua vez, contribui com algo em torno de 4% da população brasileira, mas reúne por volta de 8% de toda a pobreza do país.

Sendo os indicadores de pobreza determinados pelos níveis de renda e de desigualdade, é natural o interesse por estas variáveis. Nesta direção, pesquisas recentes do Laboratório de Estudos da Pobreza mostram que, além de possuir uma das maiores taxas de desigualdade do país, o Ceará também é caracterizado por uma das menores rendas *per capita*. Isto, obviamente, implica em uma grave situação para o Estado, afetando, principalmente, as camadas mais pobres da população, que sofrem com este baixo dinamismo da economia e, especialmente, com a má distribuição dos rendimentos.

Outro ponto que merece atenção quando do desenho de políticas públicas no Ceará é a desigualdade entre as chamadas áreas censitárias do Estado. As regiões metropolitanas, urbanas e rurais possuem dinâmicas distintas, causando rebatimentos da renda nacional também díspares, não apenas em termos de renda, mas também no que concerne a indicadores de desigualdade e pobreza.

Assim, a partir da análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e objetivando contribuir para o debate sobre a distribuição da renda pessoal no Ceará na última década (período de 2001 a 2009), com análises contemplando as áreas censitárias do Estado, este relatório está organizado da seguinte forma: além desta seção introdutória, a seção 2, que apresenta evidências sobre o rendimento familiar, a seção 3, que mostra o rendimento de todos os trabalhos e algumas caracterizações da população economicamente ativa e da população ocupada e, por fim, a seção 4, que apresenta as principais conclusões da pesquisa.

2. RENDA FAMILIAR

Esta seção se ocupa da análise dos rendimentos familiares. Optou-se pela renda real, isto é, a renda familiar dividida por um deflator regional¹. Esta opção objetiva incorporar os custos de vida de cada área censitária do Estado, tornando mais legítima a análise relativa dos desempenhos de cada região em termos da renda *per capita*. Todos os valores monetários estão em reais de setembro de 2009 e foram deflacionados segundo metodologia proposta por Corseuil, Carlos Henrique e Miguel N. Foguel em “Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 897)”. Este estudo, por sua vez, baseia-se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Assim, a TABELA 1 mostra a evolução da Renda Real *per capita* no Ceará e em suas regiões metropolitanas, urbanas e rurais ao longo dos anos de 2001 a 2009, assim como a razão entre a renda média na zona rural e a metropolitana (RUR/MET) e a razão entre a renda média na zona rural e a urbana (RUR/URB).

TABELA 1: Evolução da Renda Real *per capita*, Ceará e Áreas Censitárias

Ano	Ceará	Metropolitana	Rural	Urbana	RUR/MET	RUR/URB
2001	311,96	486,26	138,74	228,97	28,53%	60,59%
2002	306,76	461,32	140,79	238,70	30,52%	58,98%
2003	280,83	401,83	141,89	232,03	35,31%	61,15%
2004	300,98	445,84	137,31	239,45	30,80%	57,35%
2005	323,99	467,47	167,95	257,00	35,93%	65,35%
2006	345,04	487,29	169,47	292,45	34,78%	57,95%
2007	358,95	496,85	192,48	303,64	38,74%	63,39%
2008	403,24	555,04	218,70	343,84	39,40%	63,61%
2009	421,09	588,86	218,58	348,86	37,12%	62,66%
Taxas Anuais de Crescimento, períodos selecionados						
2001-2008	3,73%	1,91%	6,72%	5,98%	4,72%	0,70%
2008-2009	4,43%	6,09%	-0,06%	1,46%	-5,80%	-1,49%
2001-2009	3,82%	2,42%	5,85%	5,40%	3,34%	0,42%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Nota: valores em reais de setembro de 2009, deflacionados pelo INPC

¹ Obtidos em “Miséria, Desigualdade e Políticas de Renda: O Real do Lula” - Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2007, de autoria de Marcelo C. Néri.

Com relação à renda do Estado, observa-se na década uma taxa média anual de crescimento de 3,82%. Em termos do nível de renda, verifica-se um valor inferior a um salário mínimo - cujo valor vigente em setembro de 2009 equivalia a R\$ 465,00. Segundo o LEP/CAEN/UFC, apenas os estados do Nordeste (exceção feita à Sergipe) e o estado do Pará têm, em 2009, rendas reais inferiores a um salário mínimo e o Ceará possui a 5ª menor renda real *per capita* do país.

Com respeito à análise por áreas censitárias, nota-se que as rendas das zonas rurais e urbanas cresceram a taxas respectivas de 5,85% e 5,40%, ambas superiores às do Ceará; por outro lado, a renda da região metropolitana cresceu a uma taxa de 2,42%. Assim, nota-se uma redução nas distâncias entre os níveis de renda real das regiões do Estado, com a zona rural se aproximando a taxas médias anuais de 3,34% e 0,42% das zonas metropolitanas e urbanas, respectivamente. Apesar disso, observam-se, ainda, consideráveis disparidades nos níveis das rendas médias em cada área do Estado. Com efeito, em 2009, a renda média da zona rural correspondia a apenas 37,12% do rendimento médio da região metropolitana e a 62,66% da renda da zona urbana; ademais, o rendimento médio da zona urbana correspondia a tão somente 59,24% da renda da região metropolitana (348,86 por 588,86). Ainda com respeito à aproximação entre as regiões, nota-se que de 2008 a 2009 houve um distanciamento entre os rendimentos médios das diversas áreas, motivado pelo decréscimo (-0,06%) da renda na zona rural e pelos crescimentos nas regiões metropolitanas (6,09%) e urbanas (1,46%).

Importante também observar a evolução na década da participação de cada área censitária na renda pessoal do Ceará. A análise comparativa é feita observando-se também a participação de cada região na população do Estado. Os dados estão apresentados na TABELA 2.

À exemplo do que ocorrera com os níveis de renda, observa-se também uma distribuição desigual na participação de cada área censitária na renda total do Estado. Podemos constatar que, em 2009, a região rural continha 21,42% da população, entretanto, a sua renda correspondia a apenas 10,98% da renda pessoal do Ceará. Por outro lado, a região metropolitana de Fortaleza abrangia 41,78% da população e quase 58% da renda total; por fim, a distribuição de renda por área censitária se mostrou

menos desproporcional nas regiões urbanas, que contemplavam 36,80% da população e 31,05% da renda familiar do Estado.

TABELA 2: População e Participação % da População e da Renda Familiar, Áreas Censitárias do Ceará

Ano	Metropolitana			Rural			Urbana		
	POP	POP (%)	Renda (%)	POP	POP(%)	Renda (%)	POP	POP(%)	Renda (%)
2001	3.101.329	40,45%	62,95%	1.856.061	24,21%	10,48%	2.708.939	35,34%	26,57%
2002	3.170.243	40,66%	61,07%	1.854.276	23,78%	10,60%	2.771.702	35,55%	28,33%
2003	3.236.386	40,86%	58,26%	1.831.085	23,12%	11,51%	2.853.408	36,02%	30,23%
2004	3.299.632	41,04%	60,34%	1.810.786	22,52%	10,18%	2.929.690	36,44%	29,48%
2005	3.360.446	41,21%	59,32%	1.880.926	23,07%	11,54%	2.913.365	35,73%	29,13%
2006	3.419.842	41,37%	57,80%	1.856.839	22,46%	10,92%	2.990.005	36,17%	31,29%
2007	3.475.629	41,52%	57,06%	1.876.507	22,41%	11,85%	3.019.701	36,07%	31,09%
2008	3.528.883	41,65%	56,30%	1.850.810	21,85%	11,80%	3.092.538	36,50%	31,91%
2009	3.580.010	41,78%	57,97%	1.835.700	21,42%	10,98%	3.152.880	36,80%	31,05%
Taxas Anuais de Crescimento, períodos selecionados									
2001-2008	1,86%	0,42%	-1,58%	-0,04%	-1,46%	1,71%	1,91%	0,47%	2,65%
2008-2009	1,45%	0,31%	2,97%	-0,82%	-1,93%	-6,92%	1,95%	0,80%	-2,68%
2001-2009	1,81%	0,40%	-1,03%	-0,14%	-1,52%	0,59%	1,92%	0,51%	1,97%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Considerando-se as mudanças na distribuição populacional na década, observam-se aumentos na população das áreas metropolitanas (1,81% ao ano) e urbanas (1,92% anuais), e, ainda, queda nas áreas rurais (-0,14% a.a.), ocasionando decréscimos na participação relativa das áreas rurais (de 24,21% para 21,42%) e ampliações nas participações das outras áreas – região metropolitana, de 40,45% para 41,78% e região urbana, de 35,34% para 36,80%. Nas FIGURAS 2A e 2B estão explicitados estes movimentos nas participações das diferentes áreas do Estado na população total.

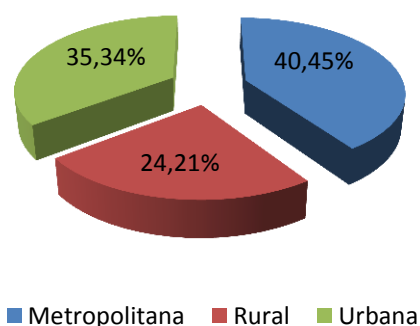


FIGURA 2A: Distribuição Populacional do Ceará por Áreas Censitárias, 2001

Fonte: LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

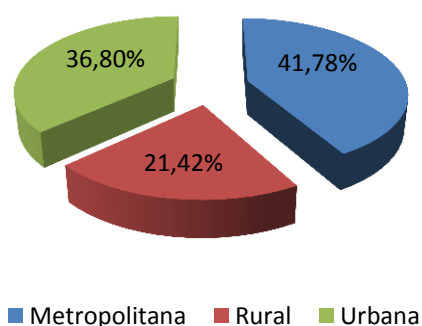
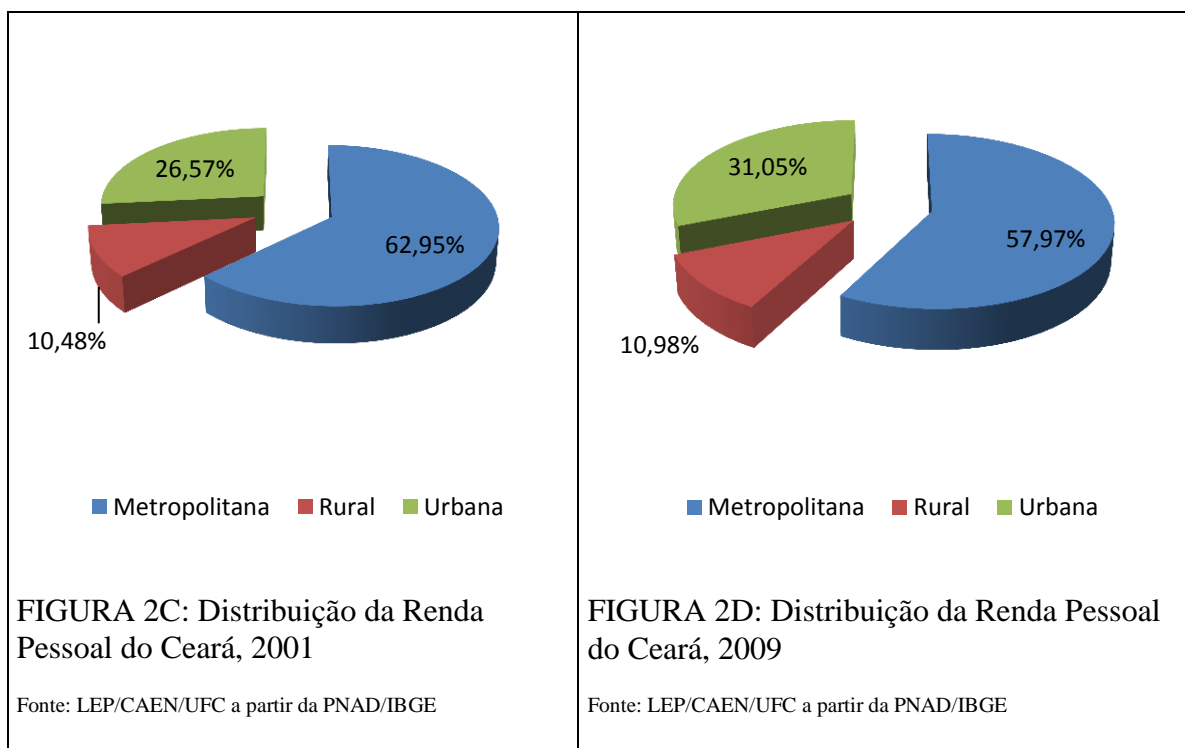


FIGURA 2B: Distribuição Populacional do Ceará por Áreas Censitárias, 2009

Fonte: LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Nas FIGURAS 2C e 2D são mostradas as participações das rendas das áreas censitárias na renda total do Estado, considerando-se o início e o final da década de 2000. Verifica-se que a zona rural praticamente manteve sua participação (10,48% para 10,98%), apesar da perda de população, discutida anteriormente. A região metropolitana reduziu (62,95% para 57,87%) e, na situação oposta, a zona urbana ampliou sua participação na renda do Ceará de 26,57% para 31,05%.



A análise seguinte corresponde à participação de cada fonte da renda pessoal em cada região censitária do Ceará. Os resultados estão na TABELA 3. Para obtê-los, foram consideradas as seguintes origens do rendimento familiar, cujas variáveis estão mostradas como colunas da TABELA 3:

- ✓ TRAB: Rendimento de todos os trabalhos, incluindo salários e remuneração de trabalhadores por conta própria e empregados.
- ✓ ALU_DOA: Rendimentos de alugueis e doações feitas por pessoas de outros domicílios.

- ✓ SEC_SOC: Rendas de aposentadorias e pensões pagas pelo governo federal ou por institutos de previdência.
- ✓ TRF_JUR: Rendimentos relacionados aos pagamentos de juros, dividendos e transferências de programas sociais como Bolsa Família ou Renda Mínima e outros rendimentos.

Analisando-se os dados da TABELA 3, verifica-se, em todas as áreas censitárias, que a principal fonte do rendimento familiar é a renda do trabalho. Porém, são distintos os graus de importância deste tipo de renda. Considerando-se os dados mais recentes, a renda dos trabalhos na região metropolitana explica 74,84% da renda familiar, enquanto que na zona urbana este percentual cai para 70,03% e, na zona rural, os rendimentos provenientes do mercado de trabalho só respondem por 51,94% de toda a renda pessoal nesta região. Nesta direção, observa-se que grande parte da renda na zona rural do Ceará advém de aposentadorias, pensões e transferências governamentais. Isto evidencia o pouco dinamismo do mercado de trabalho e a forte dependência governamental da economia desta região.

Com relação à evolução na década das participações de cada fonte de renda, observa-se na região metropolitana que a renda do trabalho possui em 2009 (74,84%) praticamente a mesma importância relativa que apresentava em 2001 (74,94%). Na zona rural, destacam-se a queda de importância da renda do trabalho (54,20% para 51,94%) e o aumento da participação das rendas dos programas de transferência, especialmente após o ano de 2003. Em termos de regiões urbanas, os rendimentos provenientes dos programas de transferência também ampliam suas importâncias relativas a partir de 2003, determinando, na década, uma taxa anual média de crescimento de 13,62%. A renda de todos os trabalhos perde importância a uma taxa anual de -0,42%. Como esta queda não foi acentuada, manteve-se, assim, um nível em 2009 (70,03%) próximo do nível de 2001 (72,42%).

Finalmente, em todas as áreas censitárias, nota-se certa estabilidade na importância relativa das rendas das aposentadorias e pensões; por outro lado, percebe-se queda na participação das rendas dos aluguéis e doações.

TABELA 3: Participação (%) das Fontes da Renda Familiar por Áreas Censitárias, CE

Anos/Áreas	Metropolitana				Rural				Urbana			
	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRF_JUR	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRF_JUR	TRAB	ALU_DOA	SEC_SOC	TRF_JUR
2001	74,94%	3,05%	21,01%	1,00%	54,20%	2,42%	37,80%	5,58%	72,42%	2,75%	22,89%	1,94%
2002	73,89%	2,42%	22,77%	0,92%	58,68%	1,04%	35,29%	4,99%	71,19%	2,81%	23,16%	2,84%
2003	75,80%	2,14%	21,14%	0,92%	56,86%	1,06%	37,13%	4,96%	71,18%	2,75%	24,00%	2,08%
2004	73,23%	2,16%	22,36%	2,25%	54,97%	0,65%	34,81%	9,56%	70,68%	1,79%	22,32%	5,22%
2005	76,26%	2,47%	19,38%	1,88%	49,89%	0,71%	40,49%	8,90%	70,32%	1,95%	22,75%	4,98%
2006	75,93%	2,03%	19,77%	2,26%	50,37%	0,71%	38,49%	10,43%	68,66%	1,69%	23,68%	5,97%
2007	75,05%	1,56%	21,43%	1,97%	50,38%	0,45%	38,06%	11,12%	68,04%	1,38%	25,15%	5,43%
2008	75,40%	2,63%	19,79%	2,19%	50,05%	1,02%	39,51%	9,42%	70,07%	1,78%	23,01%	5,14%
2009	74,84%	2,02%	20,62%	2,52%	51,94%	0,68%	37,52%	9,86%	70,03%	1,33%	23,25%	5,39%
Taxas Anuais de Crescimento, períodos selecionados												
2001-2008	0,09%	-2,09%	-0,85%	11,84%	-1,13%	-11,63%	0,63%	7,79%	-0,47%	-5,99%	0,08%	14,93%
2008-2009	-0,74%	-23,27%	4,22%	15,40%	3,77%	-33,55%	-5,03%	4,65%	-0,06%	-25,51%	1,07%	4,85%
2001-2009	-0,02%	-5,03%	-0,23%	12,28%	-0,53%	-14,73%	-0,09%	7,39%	-0,42%	-8,69%	0,20%	13,62%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

TABELA 4: Participação (%) das Fontes da Renda Familiar por Décimos, Áreas Censitárias, CE, 2009

Décimos	Metropolitana				Rural				Urbana			
	Fontes	TRAB	ALU_DO	SEC_SO	TRF_JR	TRAB	ALU_DO	SEC_SO	TRF_JR	TRAB	ALU_DO	SEC_SO
1 (10% -)	60,80%	1,98%	9,71%	27,51%	30,58%	0,21%	0,63%	68,58%	39,07%	3,90%	3,17%	53,86%
2	79,05%	1,30%	7,59%	12,06%	52,68%	1,82%	0,73%	44,76%	64,29%	3,28%	7,21%	25,22%
3	78,31%	0,97%	11,64%	9,08%	70,22%	1,53%	0,64%	27,62%	72,88%	1,60%	7,66%	17,86%
4	80,72%	0,48%	12,89%	5,92%	63,53%	2,12%	9,18%	25,17%	76,73%	1,71%	10,79%	10,78%
5	83,84%	0,62%	10,97%	4,57%	65,36%	1,07%	11,74%	21,82%	68,41%	0,81%	21,61%	9,17%
6	81,79%	0,67%	13,22%	4,32%	65,61%	2,33%	18,65%	13,41%	59,59%	0,77%	29,21%	10,44%
7	76,16%	1,39%	19,00%	3,45%	62,92%	0,67%	26,76%	9,65%	62,45%	0,84%	31,65%	5,06%
8	80,33%	1,44%	15,84%	2,39%	50,40%	0,17%	43,28%	6,16%	66,91%	1,47%	27,52%	4,10%
9	75,05%	1,90%	21,49%	1,57%	44,44%	0,12%	52,26%	3,18%	52,20%	0,75%	42,91%	4,14%
10 (10% +)	70,73%	2,86%	25,74%	0,67%	44,47%	0,34%	52,69%	2,49%	82,22%	1,58%	15,55%	0,65%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Outro aspecto de relevante investigação é como as participações de cada fonte da renda familiar se distribuem entre os décimos da população. Para tanto, foram utilizadas as distribuições da renda familiar do ano mais recente, 2009. Os resultados são mostrados na TABELA 4.

Como esperado, constata-se grande importância da renda proveniente de transferências e programas sociais nos primeiros décimos (indivíduos mais pobres) de todas as regiões do Estado. No caso dos 10% mais pobres (1º décimo) na zona rural, a importância deste tipo de renda é de 68,58%, praticamente explicando o rendimento das famílias desta classe. Ainda sobre a zona rural, observa-se que a renda dos 20% mais ricos depende fortemente das aposentadorias e pensões.

Na região metropolitana do Estado assim como nas zonas urbanas, pode-se afirmar, de forma geral, que a renda dos mais pobres é explicada pelo mercado de trabalho e pelas transferências de renda geradas através dos programas sociais e, por sua vez, o rendimento familiar dos mais ricos se sustenta na renda dos trabalhos e, em menor escala, nos rendimentos de aposentadorias e pensões.

3. RENDA DO TRABALHO

Nesta seção apresenta-se a evolução do rendimento proveniente de todos os trabalhos, que se constitui na parcela mais importante da renda familiar do Estado. Optou-se, mais uma vez, pela renda real, isto é, a renda nominal de todos os trabalhos deflacionada pelo custo de vida da localidade do trabalhador. As tabulações estão presentes na TABELA 5.

Em termos dos níveis e observando o ano de 2009, a renda média dos trabalhos na zona rural equivale a tão somente 32,85% e a 54,54% das rendas médias nas áreas metropolitanas e urbanas, respectivamente. Apesar deste desequilíbrio regional, a zona rural teve o segundo melhor desempenho na década, com taxa média anual de crescimento de 3,28%, superado apenas pelo aumento da renda na zona urbana, com taxa de 3,81% ao ano. Na região metropolitana, por sua vez, a renda média do trabalho na década cresceu a uma taxa anual de apenas 0,51%, embora com um melhor desempenho recente, no qual teve crescimento de 6%, de 2008 a 2009.

TABELA 5: Evolução da Renda Real Média do Trabalho por Áreas Censitárias, CE

Ano	Ceará	Metropol.	Rural	Urbana	RUR/MET	RUR/URB
2001	558,74	970,28	256,56	451,41	26,44%	56,84%
2002	577,73	902,78	284,98	475,32	31,57%	59,95%
2003	620,55	807,63	260,67	433,31	32,28%	60,16%
2004	626,87	839,39	240,54	448,18	28,66%	53,67%
2005	637,04	882,98	264,95	483,55	30,01%	54,79%
2006	641,20	897,55	266,44	522,80	29,68%	50,96%
2007	667,23	893,14	314,11	557,14	35,17%	56,38%
2008	702,44	953,55	328,39	584,37	34,44%	56,20%
2009	740,00	1.010,77	332,08	608,91	32,85%	54,54%
Taxas Anuais de Crescimento, períodos selecionados						
2001-2008	3,32%	-0,25%	3,59%	3,76%	3,85%	-0,16%
2008-2009	5,35%	6,00%	1,12%	4,20%	-4,60%	-2,95%
2001-2009	3,57%	0,51%	3,28%	3,81%	2,75%	-0,51%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Nota: valores em reais de setembro de 2009, deflacionados pelo INPC

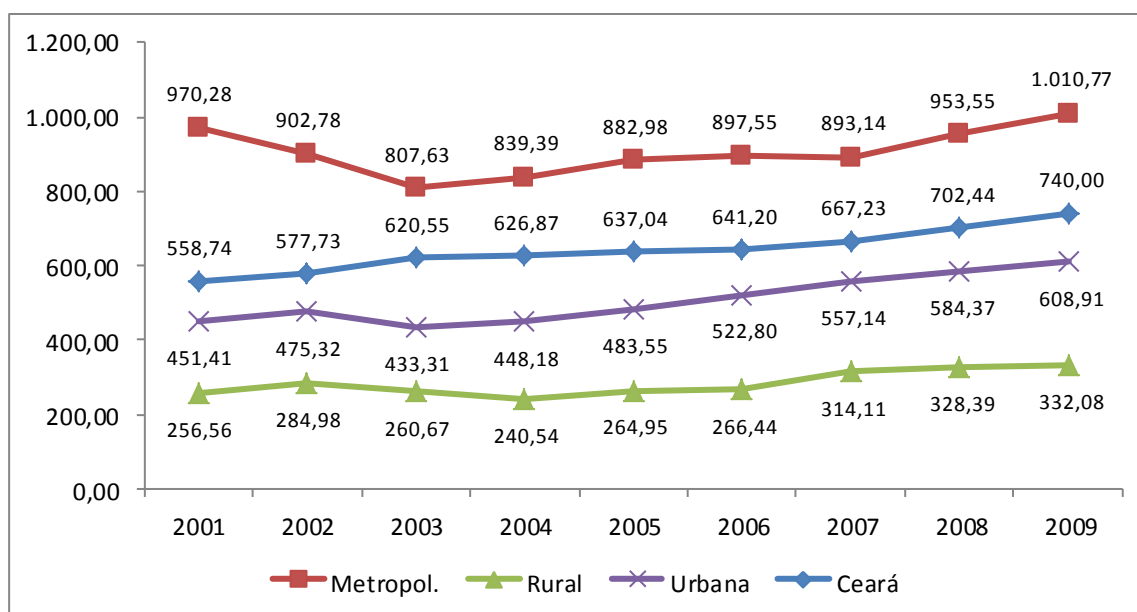


FIGURA 3: Evolução da Renda Salarial Real Média, Ceará e Áreas Censitárias

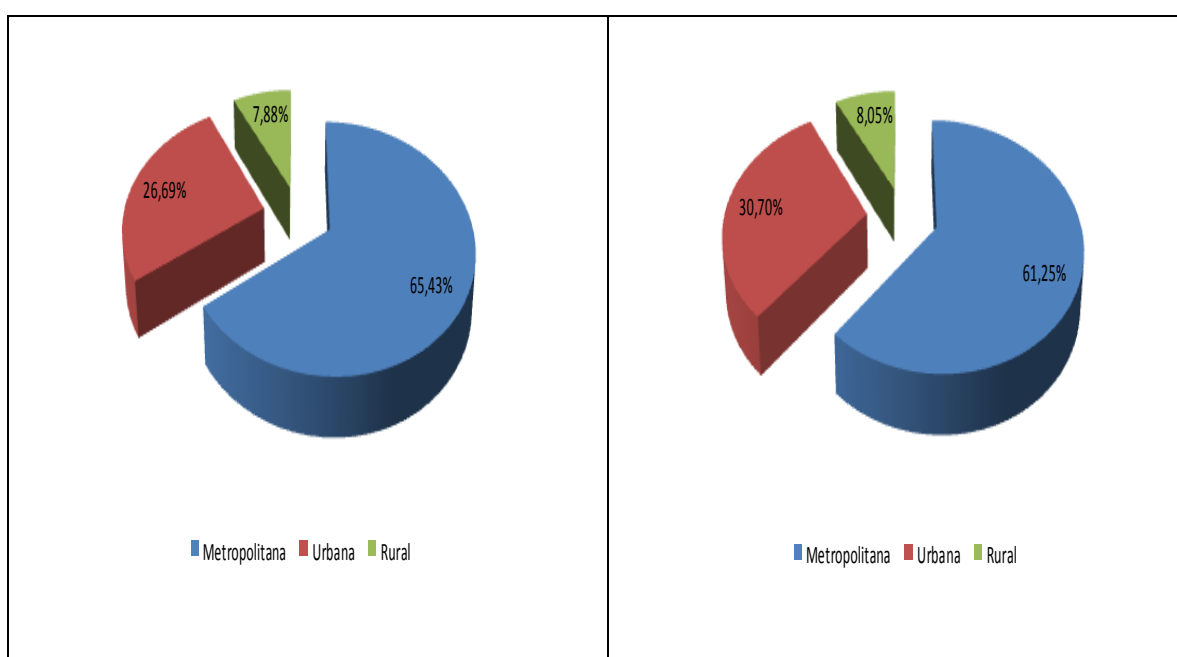
Fonte: Elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

Nota: valores em reais de setembro de 2009, deflacionados pelo INPC

Os desempenhos relativos provocaram, portanto, uma aproximação da renda na zona rural relativamente à renda do Estado e à renda da região metropolitana, mas causaram também um distanciamento em relação à renda nas regiões urbanas. Além disso, observa-se uma recuperação da renda dos trabalhos após 2003 em todas as

regiões do Estado. Na FIGURA 3, em que estão representadas as trajetórias da renda salarial real média do Ceará e de suas áreas censitárias, pode-se ter uma visualização destes fatos estilizados.

Uma discussão adicional que deve ser estabelecida é sobre o padrão de distribuição da renda salarial do Estado nas diversas áreas censitárias, tanto no início quanto no final da década. Nesta direção, mostra-se nas FIGURAS 4A e 4B como a renda salarial se distribuiu entre as regiões do Ceará nos anos de 2001 e 2009, respectivamente.



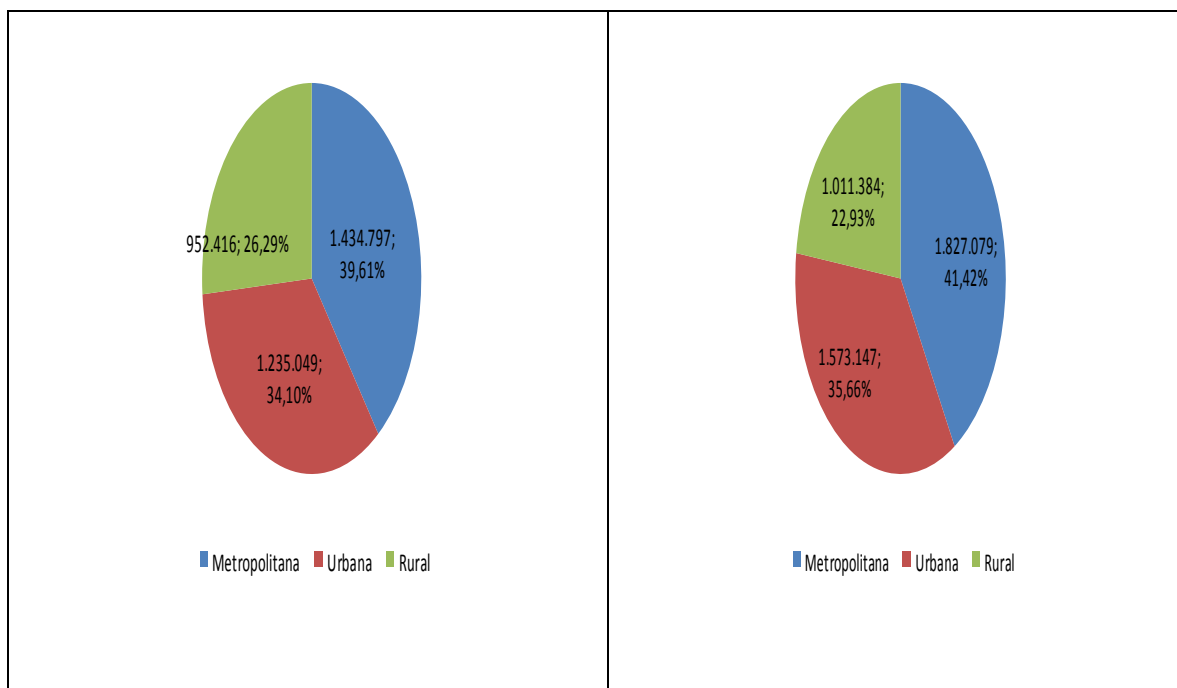
FIGURAS 4A e 4B: Distribuição Renda Salarial do Ceará por Áreas Censitárias, 2001 e 2009

Fonte: LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

As mudanças na distribuição da renda salarial do Estado na última década provocaram ganhos relativos para a região urbana (26,69% para 30,70%), perdas na região metropolitana (65,43% para 61,25%) e praticamente nenhuma variação na participação da renda da zona rural (7,88% para 8,05%). Assim, apesar de crescer na década a uma taxa superior à região metropolitana (3,28% a.a. contra 0,51% anuais), a renda salarial na zona rural não apresentou ganhos relativos, continuando sendo responsável por apenas cerca de 8% de todos os rendimentos dos trabalhos no Ceará.

Para caracterizar melhor o padrão de distribuição da renda salarial, é desejável compreender também a distribuição do potencial de mão-de-obra com que pode contar o

setor produtivo - a chamada População Economicamente Ativa (PEA). Nas FIGURAS 4C e 4D estão mostradas as distribuições por área censitária da PEA do Ceará nos anos de 2001 e 2009. Em cada fatia destas FIGURAS 4C e 4D são exibidos o total de pessoas da PEA da região e a participação (%) na PEA do Estado.



FIGURAS 4C e 4D: Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) do Ceará por Áreas Censitárias, 2001 e 2009

Fonte: LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

A PEA no Ceará cresceu 21,79% em toda a década de 2000, passando de pouco mais de 3 milhões e 622 mil pessoas em 2001, para 4 milhões e 411 mil pessoas em 2009. As regiões metropolitanas e urbanas cresceram num padrão muito semelhante, apresentando ganhos de 27,34% e 27,38%, respectivamente. A zona rural, entretanto, apresentou variação total inferior, de 6,19%, passando de pouco mais de 952 mil pessoas para cerca de 1 milhão e 11 mil pessoas. Desta forma, em termos da distribuição relativa, houve ganhos na região metropolitana (de 39,61% para 41,42%) e na zona urbana (de 34,10% para 35,66%) e perdas na região rural do Estado (26,29% para 22,93%).

A distribuição de educação tem importância muito grande na determinação das classes de renda. Assim, compreender o padrão de distribuição educacional da

População Economicamente Ativa é relevante numa discussão sobre distribuição dos rendimentos das famílias. Nesta direção, analisando os resultados dispostos na TABELA 6, conclui-se que notadamente a PEA da zona rural do Estado possui o grave problema da pouca escolaridade. De fato, apenas 1,87% dos economicamente ativos nesta área do Ceará possuem mais de 12 anos de estudo, enquanto que os indivíduos com nível de ensino abaixo do fundamental correspondem a 61% de toda a PEA (30,71% sem instrução e outros 30,28% com até 4 (quatro) anos de estudo). A má distribuição de educação ocorre também nas outras áreas do Estado, embora em menor proporção. A região metropolitana possui, em média, quatro anos a mais do que a zona rural e dois anos a mais do que as regiões urbanas. Ainda assim, no Ceará apenas 8,79% da PEA possuem mais de 12 anos de estudo, enquanto que mais de um milhão e quatrocentos mil pessoas economicamente ativas têm no máximo o ensino fundamental. Desta forma, existe uma distribuição desigual de educação tanto dentro das regiões, como entre as regiões do Estado, o que por certo colabora para determinar as desiguais distribuições de renda salarial e de rendimentos familiares, discutidas anteriormente.

Uma análise adicional sobre a mão-de-obra disponível para o setor produtivo é a distribuição deste contingente por faixa etária. Os resultados estão dispostos na TABELA 7. A população economicamente ativa do Ceará tem em média 36 anos, e as regiões do Estado apresentam médias semelhantes, com pequenas variações em torno deste valor. Porém, em relação ao padrão de distribuição etária, algumas observações devem ser feitas. Existem no Estado mais de 118 mil crianças de até 14 anos ofertando seus serviços no mercado de trabalho; deste total, praticamente a metade encontra-se na zona rural. Nesta região, 5,49% dos economicamente ativos têm até 14 anos, o que indica um quantitativo indesejável de trabalho infantil. A distribuição dos economicamente ativos mais velhos (idades a partir de 65 anos) também ocorre de forma desigual. Enquanto que no Estado, esta faixa etária corresponde a 4,70% da PEA, na zona rural esta participação é de 8,57%, contra 2,29% na região metropolitana e 5,02% nas regiões urbanas.

TABELA 6. Distribuição por Anos de Estudo da População Economicamente Ativa acima de 15 anos, Ceará e Áreas, 2009

Anos de Estudo	Metropolitana			Rural			Urbana			Ceará	
	QT(M)	% TOTAL	M/C	QT(R)	% TOTAL	R/C	QT(U)	% TOTAL	U/C	QT(C)	% TOTAL
Sem Instrução	122.471	6,86%	19,06%	284.956	30,71%	44,36%	235.011	15,74%	36,58%	642.438	15,27%
1 a 4 anos	235.837	13,21%	28,83%	280.900	30,28%	34,34%	301.280	20,18%	36,83%	818.017	19,45%
5 a 8 anos	423.427	23,71%	43,20%	209.000	22,53%	21,32%	347.654	23,28%	35,47%	980.081	23,30%
9 a 12 anos	759.269	42,52%	54,37%	135.597	14,62%	9,71%	501.613	33,60%	35,92%	1.396.479	33,20%
13 anos ou mais	244.735	13,70%	66,21%	17.330	1,87%	4,69%	107.558	7,20%	29,10%	369.623	8,79%
TOTAL	1.785.739	100,00%	42,45%	927.783	100,00%	22,06%	1.493.116	100,00%	35,49%	4.206.638	100,00%
% PEA	97,74%			91,73%			94,91%			95,35%	
Anos Médios	8,58			4,16			6,76			6,96	

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

TABELA 7. Distribuição por Faixas Etárias da População Economicamente Ativa, Ceará e Áreas, 2009

Faixas Etárias	Metropolitana			Rural			Urbana			Ceará	
	QT(M)	% TOTAL	M/C	QT(R)	% TOTAL	R/C	QT(U)	% TOTAL	U/C	QT(C)	% TOTAL
10 a 14	18.670	1,02%	15,74%	55.564	5,49%	46,86%	44.348	2,82%	37,40%	118.582	2,69%
15 a 24	404.493	22,14%	39,66%	227.860	22,53%	22,34%	387.432	24,63%	37,99%	1.019.785	23,12%
25 a 34	525.677	28,77%	47,41%	203.913	20,16%	18,39%	379.259	24,11%	34,20%	1.108.849	25,13%
35 a 44	424.558	23,24%	46,63%	167.723	16,58%	18,42%	318.105	20,22%	34,94%	910.386	20,64%
45 a 54	285.628	15,63%	41,25%	163.634	16,18%	23,63%	243.157	15,46%	35,12%	692.419	15,70%
55 a 64	126.263	6,91%	35,65%	106.032	10,48%	29,94%	121.830	7,74%	34,40%	354.125	8,03%
>= 65	41.790	2,29%	20,14%	86.658	8,57%	41,77%	79.016	5,02%	38,09%	207.464	4,70%
TOTAL	1.827.079	100,00%	41,42%	1.011.384	100,00%	22,93%	1.573.147	100,00%	35,66%	4.411.610	100,00%
Idade Média	35,55			37,90			36,17			36,31	

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

A proporção de pessoas ocupadas é um indicador importante, pois também influencia a distribuição da renda salarial nas regiões do Estado. Na TABELA 8 estão apresentados os resultados para este indicador, considerando os anos de início e término da década. Para cada ano e região, estão tabulados os seguintes respectivos dados: tamanho da população ocupada, a participação (%) na população ocupada de todo o Estado e a participação (%) na PEA da própria área censitária.

TABELA 8. Pessoas Ocupadas, Ceará e Áreas Censitárias, 2001 e 2009

	2001			2009			(2001-2009) %		
	POP Ocup	% CE	% PEA	POP Ocup	% CE	% PEA	POP Ocup	% CE	% PEA
Metropolitana	1.263.196	37,53%	88,04%	1.638.158	39,87%	89,66%	29,68%	6,22%	1,84%
Rural	942.358	28,00%	98,94%	994.560	24,20%	98,34%	5,54%	-13,55%	-0,61%
Urbana	1.160.119	34,47%	93,93%	1.476.292	35,93%	93,84%	27,25%	4,23%	-0,10%
Ceará	3.365.673	100,00%	92,92%	4.109.010	100,00%	93,14%	22,09%		0,24%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

A distribuição da população ocupada segue padrão próximo da distribuição populacional, discutida anteriormente. Assim, considerando o ano de 2009, a região metropolitana abriga 39,87% de todos os trabalhadores ocupados no Estado, enquanto que as zonas rurais e urbanas participam, respectivamente, com 24,20% e 35,93% da população empregada. Além disso, em relação ao início da década, a população ocupada cresceu 29,68% na região metropolitana, 27,25% na zona urbana e apenas 5,54% nas áreas rurais. Desta forma, em termos das participações relativas, houve ganhos de 6,22% e 4,23%, respectivamente, nas áreas metropolitanas e urbanas; e queda de -13,55% na zona rural. Com respeito às participações na PEA, a zona rural apresentou em 2009 a maior proporção, com 98,34%, superando os 93,84% da região urbana e os 89,66% da zona metropolitana. Estas proporções ficaram muito próximas das apresentadas em 2001.

A distribuição das pessoas ocupadas por grupos de atividades também ajuda a descrever o ambiente no mercado de trabalho no Ceará e em suas principais regiões. Na TABELA 9 a população ocupada de 2009 é distribuída em diversos grupos de atividade. Para isto, aproveitou-se a divisão presente na PNAD/IBGE, com algumas agregações. Assim, são estabelecidos os seguintes grupamentos de atividades: Agrícola, Indústria, Administração Pública, Comércio e Serviços, Construção, Atividades mal Definidas e Outros grupos de atividades.

Como as atividades possuem diferentes padrões de remuneração, existem algumas distribuições desiguais na renda salarial. Por exemplo, o grupo Administração Pública reúne apenas 4,45% das pessoas ocupadas na região metropolitana, porém, sua renda explica quase 12% da renda dos trabalhos nesta localidade. No Estado, esta relação é de 3,60% dos trabalhadores para 11,09% da renda. Em contraposição, a atividade agrícola no Estado possui 26,25% dos trabalhadores ocupados, mas é responsável por apenas 6,28% da renda salarial. Nesta questão específica, observa-se na zona rural uma notável distorção: o grupo agrícola, que possui 70,73% das pessoas ocupadas, participa com apenas 46,58% de todos os salários. Com relação ao agrupamento Comércio e Serviços, observam-se, nas áreas censitárias, comportamentos distintos na relação pessoas e salários: na região metropolitana, 55,54% dos ocupados estão neste grupo de atividades, mas estes só respondem por 51,08% da renda; na zona urbana, por sua vez, são 48,27% dos trabalhadores determinando 50,32% dos salários, e na zona rural, apenas 16,66% dos ocupados trabalham nas atividades de Comércio e Serviços, mas respondem por 31,29% da renda salarial da região.

TABELA 9. População Ocupada por Grupos de Atividades do Trabalho Principal, Ceará e Áreas, 2009

Grupos de Atividades	Metropolitana				Rural				Urbana				Ceará		
	QT(M)	% TOTAL	% Renda	M/C	QT(R)	% TOTAL	% Renda	R/C	QT(U)	% TOTAL	% Renda	U/C	QT(C)	% TOTAL	% Renda
Agrícola	58.449	3,57%	1,10%	5,42%	703.484	70,73%	46,58%	65,23%	316.578	21,44%	6,38%	29,35%	1.078.511	26,25%	6,28%
Indústria	310.955	18,98%	16,55%	49,88%	82.583	8,30%	11,33%	13,25%	229.902	15,57%	16,19%	36,88%	623.440	15,17%	16,03%
Adm Pública	72.913	4,45%	11,79%	49,31%	9.178	0,92%	2,66%	6,21%	65.764	4,45%	11,86%	44,48%	147.855	3,60%	11,09%
Comércio e Serviços	909.782	55,54%	51,08%	50,88%	165.674	16,66%	31,29%	9,27%	712.645	48,27%	50,32%	39,85%	1.788.101	43,52%	49,29%
Construção	117.581	7,18%	5,85%	46,91%	27.524	2,77%	5,59%	10,98%	105.523	7,15%	7,58%	42,10%	250.628	6,10%	6,35%
Ativ. Mal Definidas	5.558	0,34%	0,10%	68,57%	0	0,00%	0,00%	0,00%	2.548	0,17%	0,11%	31,43%	8.106	0,20%	0,10%
Outros	162.920	9,95%	13,52%	76,72%	6.117	0,62%	2,55%	2,88%	43.332	2,94%	7,56%	20,40%	212.369	5,17%	10,87%
TOTAL	1.638.158	100,00%	100,00%	39,87%	994.560	100,00%	100,00%	24,20%	1.476.292	100,00%	100,00%	35,93%	4.109.010	100,00%	100,00%

Fonte: elaboração LEP/CAEN/UFC a partir da PNAD/IBGE

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O presente estudo tem por objetivo principal a distribuição da renda pessoal no Ceará na última década (período de 2001 a 2009), e, para tanto, apresenta as principais fontes do rendimento das famílias e descreve algumas características de mercado de trabalho, como a extensão da População Economicamente Ativa e a distribuição da População Ocupada por grupos de atividades econômicas.

As evidências indicam que ainda existem grandes disparidades nos níveis das rendas médias em cada área do Estado, apesar de na década ter havido certa aproximação. Da mesma forma, existe uma distribuição desigual na participação de cada área censitária na renda total do Estado. A zona rural contribui com cerca de 21% da população, mas com apenas 11% da renda, enquanto que a região metropolitana de Fortaleza possui 42% da população e quase 58% da renda total.

Com relação às fontes do rendimento familiar, a renda do trabalho é a mais importante, explicando por volta de 75% da renda na região metropolitana e 70% na zona urbana. Nestas áreas censitárias, a renda dos mais pobres é explicada pelo mercado de trabalho e pelos programas sociais, enquanto que o rendimento familiar dos mais ricos se sustenta na renda dos trabalhos e, em menor escala, nos rendimentos de aposentadorias e pensões. Na zona rural, porém, os rendimentos provenientes do mercado de trabalho só respondem por 52% de toda a renda familiar. Como grande parte da renda na zona rural do Ceará advém de aposentadorias, pensões e transferências governamentais, são evidentes o baixo dinamismo do mercado de trabalho e a forte dependência governamental da economia nesta região.

Sobre a População Economicamente Ativa (PEA), ela corresponde a mais de 51% da população cearense, reunindo mais de 4 milhões e 400 mil pessoas, experimentando um crescimento na década de quase 22%. Este aumento ocorreu, principalmente, nas regiões metropolitanas e urbanas, pois a PEA da zona rural cresceu apenas pouco mais de 6%. A pesquisa constatou ainda uma distribuição irregular da educação na PEA, dentro e entre as regiões censitárias. Com efeito, menos de 2% dos economicamente ativos na zona rural possuem alta escolaridade, enquanto que mais de 61% possuem apenas o nível mais básico de ensino. No Estado como um todo, apenas

cerca de 9% da PEA possuem mais de 12 anos de estudo, enquanto que mais de um milhão e quatrocentos mil pessoas economicamente ativas têm no máximo o ensino fundamental.

Na análise sobre a distribuição da PEA por faixa etária verificou-se uma média próxima de 36 anos para o trabalhador cearense em cada região do Estado. A pesquisa também constatou evidências de trabalho infantil, especialmente na zona rural, e, também, uma distribuição desigual dos mais velhos, cuja participação de 8,6% na PEA da zona rural supera as participações de 2,3% na região metropolitana e 5,0% nas regiões urbanas.

O estudo mostrou também a pouca variação na distribuição das pessoas ocupadas, determinando em 2009 proporções muito próximas das de 2001, com taxas de ocupação nunca inferiores a 89% nas diversas áreas do Estado. Por fim, com respeito à distribuição da população ocupada por grupos de atividades econômicas, a pesquisa constatou distribuições desiguais na renda salarial. As atividades relacionadas à administração pública, por exemplo, reúnem menos de 4% dos ocupados no Estado, mas, concomitantemente, são responsáveis por volta de 11% de todos os salários pagos. Na situação oposta, a atividade agrícola no Estado possui 26,3% dos trabalhadores, mas é responsável por apenas 6,3% da renda salarial.

O Laboratório de Estudos da Pobreza/CAEN/UFC ao desenvolver este tipo de pesquisa, que acompanha os movimentos que ocorrem no âmbito da economia do país e seus rebatimentos na economia do Ceará, espera contribuir para que se tenha a exata compreensão do problema econômico a ser enfrentado e, a partir do diagnóstico, permitam que os governos formulem políticas sociais de combate à escassez de renda e à falta de educação de qualidade, às desigualdades intra e inter-regional e ao baixo dinamismo do mercado de trabalho, que afetam a economia do Estado e penalizam milhões de pessoas, especialmente os mais pobres.

Notas Metodológicas Adicionais

Os dados desta pesquisa foram obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2009, foram consideradas 399.386 observações, sendo, destas, o número de 387.513 observações com informações completas sobre a renda das famílias.

A partir da PNAD/IBGE, são obtidos os valores das seguintes variáveis:

- V4722: Rendimento mensal familiar I para todas as unidades domiciliares (exclusive o rendimento dos pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados).
- V4724: Número de componentes da família I (exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos).

A renda familiar *per capita* é obtida pela razão entre estas variáveis. A renda dos trabalhos é dada pela variável V4719. Nas tabulações por trabalho principal, entretanto, foi utilizada a variável V4718.

A variável V4704 foi utilizada para a População Economicamente Ativa, enquanto que a variável V4805 determinou o *status* da Pessoa Ocupada. Os agrupamentos de atividades do trabalho principal foram orientados pela variável V4816.

Em relação à variável *anos de estudo* foram considerados apenas as pessoas acima de 15 anos que, naturalmente, informaram sua escolaridade. A variável PNAD utilizada foi a V4803 – anos de estudo.

Em relação às tabulações envolvendo áreas censitárias, foram utilizadas as seguintes variáveis: V4727 - Código de área censitária e V4728 - Código de situação censitária.

Em relação à variável Idade, foi utilizada a variável V8005 - Idade do morador. As observações com valores ignorados desta variável foram, obviamente, desconsiderados na análise.

Finalmente, a variável UF - Unidade da Federação – foi utilizada para as tabulações do Ceará, com código igual a 23.